



CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E ESTADO NUTRICIONAL DE ADULTOS E IDOSOS MORADORES EM ASSENTAMENTO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL, MS.

Vivian Rahmeier Fietz¹, Elisabete Salay², Elaine Aparecida Mye Takamatu Watanabe³

O objetivo deste trabalho foi avaliar as condições socioeconômicas, demográficas e o estado nutricional de adultos e idosos, moradores em assentamento rural, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul (Brasil). Participaram da amostra indivíduos com idade entre 20 e 69 anos. Integraram a pesquisa 117 unidades domiciliares, envolvendo 217 pessoas (105 do gênero feminino e 112 do masculino). Verificou-se que a maioria dos entrevistados era casada e apresentaram média de 43 anos de idade e 5,2 anos de estudo. Entre as assentadas observou-se a média de 2,7 filhos por mulher. O rendimento médio mensal das famílias alcançou R\$ 354,70 (U\$ 117,06). As residências possuíam, em média, 4,2 cômodos e não dispunham de energia elétrica. A água de 95% dos domicílios provinha de poços “tipo caipira” e 68% da água para consumo humano não recebia nenhum tipo de tratamento. Os resultados demonstraram que 48,3% dos indivíduos foram classificados como eutróficos, tendo por base o Índice de Massa Corporal. No entanto, 36,9% apresentaram sobrepeso e 11,6% obesidade em diferentes graus. Ressalta-se que essa é uma condição preocupante. Estes resultados apontam a necessidade de implementação, entre outras estratégias, de um programa de educação nutricional, com a finalidade de buscar a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Palavras-chave: condições socioeconômicas, Brasil, estado nutricional, população rural, assentamento rural

SOCIAL-ECONOMIC, DEMOGRAPHIC CONDITIONS, AND NUTRITIONAL STATUS OF ADULTS AND ELDER PEOPLE THAT LIVE IN RURAL SETTLEMENT IN MATO GROSSO DO SUL, MS.

The aim of this paper was to evaluate the socio-economic and demographic conditions and the nutritional status of adults and elderly people living in the rural settlement of Mato Grosso do Sul (Brazil). The participants of this research were between 20 and 69 years old. A total of 217 persons from 117 home units (105 female and 112 male) took part in this research. It was verified that the majority of the interviewed people were married and their average age was 43 years old, with 5.2 years of formal education. Among settled women, the average number of children per woman was 2.7. Average monthly income of families reached R\$ 354.70 (U\$ 117.06). Homes had on average, 4.2 rooms and did not have electrical power. The results demonstrated that 48.3% of the individuals were classified in the normal or eutrophic range of the Body Mass Index, 36.9% were overweight and 11.9% obese to different degrees. These results show the need of establishing, among other strategies, a program of nutritional education which provides food and nutritional security to these families.

Key words: social-economic conditions, Brazil, nutritional status, rural population, rural settlement.

¹ Professora Doutora. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Rua Benjamin Constant, 2045, CEP: 79824-120. Bairro Jd. Girassol, Dourados, MS. Tel. (67) 3421-0969. E-mail: vivian@uems.br

² Professora Livre- Docente. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: salay@fea.unicamp.br

³ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. E-mail: swatanab@terra.com.br

Introdução

Segundo pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [1], é uma conquista histórica o Brasil estar entre os 70 países classificados no *ranking* adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1993 na categoria de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado. Porém, em termos relativos, o país caiu uma posição no *ranking* de 177 países monitorados pela instituição: foi de 69º lugar em 2006 para os 70º em 2007. Lamentavelmente, o Brasil ainda é um país com injustiça social apesar do índice de Gini, que mede a desigualdade social de uma população, ter atingido 0,56 em 2006. O índice Gini varia de 0 a 1, sendo 0 a perfeita igualdade e 1 a completa desigualdade.

A população rural está presente em todo território brasileiro e tem especificidades culturais, raciais e regionais diversas, que condicionam e refletem a heterogeneidade que caracteriza o País. Os assentamentos rurais, provenientes da reforma agrária, representam a forma mais recente de organização rural. De maneira geral possuem uma característica própria de luta pela terra. Eles podem ser considerados um segmento importante na tentativa de reduzir o êxodo rural e fixar o homem no campo.

Na década de setenta o Estado de Mato Grosso do Sul recebeu muitos colonos, vindos principalmente do sul do Estado, repercutindo assim em parte, na situação fundiária atual, ou seja, o surgimento de grandes propriedades e a prática da agricultura patronal [2].

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) [3] no Mato Grosso do Sul existem 138 assentamentos e cerca de 24.840 famílias assentadas.

O Assentamento Itamarati situa-se no município de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Esse assentamento insere-se na microrregião de Dourados e localiza-se na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, possuindo em torno de 27 mil hectares [4]. Segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [5], em 1998 o IDH de Ponta Porã foi de 0,78, valor classificado como médio (IDH entre 0,5 e 0,8). De acordo com a última Contagem de População, Ponta Porã possui uma população de 71.468 habitantes[6].

Nas décadas de 70 e 80, a área do Assentamento Itamarati pertencia ao Grupo Itamarati que era conhecido como o maior produtor de soja no Brasil. Esse espaço físico foi incorporado ao patrimônio do INCRA em maio de 2001[7]. Nesse local, no mesmo ano, foram assentadas 1.145 famílias, oriundas de quatro movimentos sociais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Associação dos Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI). A produção de soja e de milho são as principais atividades econômicas do assentamento.

De maneira geral, as condições de vida e saúde da população do campo no Brasil são pouco conhecidas e estudadas, sobretudo as de moradores de assentamentos rurais [8-11].

Visando suprir, em parte, a lacuna sobre este tema, realizou-se esse trabalho, cujo objetivo foi descrever as condições socioeconômicas e demográficas e o estado nutricional de integrantes adultos e idosos, de famílias do Assentamento Itamarati.

Material e Métodos

A população estudada do Assentamento Itamarati foi formada por indivíduos de 20 a 69 anos, integrantes de famílias participantes dos quatro movimentos sociais que compõem esse assentamento. Foram selecionadas 120 famílias, por meio de sorteio, sendo a amostragem aleatória estratificada simples. O tamanho da amostra (n) inclui um erro de 8,8%. O motivo de se fixar um erro amostral relativamente elevado foi devido a extensa área do Assentamento Itamarati e a grande dificuldade de acesso e locomoção no mesmo.

O sorteio das famílias a serem incluídas no estudo foi realizado na presença dos agentes de saúde, visando assegurar a transparência da metodologia. Houve a perda de dados relativos a três das 120 famílias sorteadas. Assim, a pesquisa foi realizada em 117 unidades domiciliares, perfazendo 217 pessoas, sendo 105 do gênero feminino (48,4%) e 112 do masculino (51,6%).

Os dados foram agrupados e analisados sem distinção quanto aos movimentos sociais que os indivíduos pertenciam. Participaram do estudo apenas os indivíduos com idade entre 20 a 69 anos, não sendo consideradas as gestantes.

A participação de cada família foi autorizada pelo responsável, por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Deve-se ressaltar que, antes da sua execução, o projeto foi submetido à análise e aprovado pela Comissão de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (protocolo nº 181).

A coleta dos dados foi realizada pelos pesquisadores. Os dados socioeconômicos e demográficos foram levantados por meio de questionários com questões fechadas e abertas (pontuais e dissertativas). Ressalta-se a colaboração dos agentes comunitários de saúde do assentamento na localização dos endereços dos domicílios sorteados.

Foram obtidas as seguintes informações: gênero, estado civil, idade, escolaridade, rendimento familiar, ocupação, rotina de trabalho, características demográficas e atividades religiosas. Também foram avaliados os seguintes aspectos da infra-estrutura básica do Assentamento Itamarati: condições de moradia, instalação de energia elétrica e abastecimento de água, condições dos serviços de saúde e saneamento básico.

Para a análise do estado nutricional foram considerados o peso e a altura. O peso corporal (kg) foi aferido por meio da utilização de balança eletrônica do tipo Personal com capacidade para 180 Kg (Indústria Filizola S/A, Brasil), e com precisão de 0,5 kg. A pessoa foi colocada sobre a balança com menos roupa possível. A altura (cm) foi verificada, utilizando-se o estadiômetro, fixo na balança descrita anteriormente, com precisão de 0,1cm [12].

A situação nutricional dos entrevistados foi estimada pelo Índice de Massa Corporal (IMC = peso em kg/altura² em metros). A classificação do IMC foi realizada com base nos valores preconizados pela WHO [13].

Resultados e Discussão

A maioria dos entrevistados do sexo masculino era casada (81,3%) e menor proporção (15,2), solteiros. Entre as mulheres, respectivamente, 86,6% e 7,6% eram casadas e solteiras, resultados similares aos verificados em outros assentamentos, no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Faria et al. [8], observaram em um assentamento rural da serra gaúcha que 74% dos proprietários dos lotes eram casados. Pesquisa realizada por Alvarenga & Rodrigues [9], com famílias assentadas em Nova Alvorada, MS, verificaram que 73,3% dos chefes de família eram casados, 7,8% divorciados, 6,7% solteiros e, 12,2% tinham outros tipos de organização familiar.

Foram identificados também sete adultos solteiros (6,3%) assumindo a responsabilidade pelo lote. Este fato não é comum, pois geralmente, os lotes são ocupados por famílias. Porém, de acordo com as normas do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA, todo trabalhador rural “sem terra”, que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar pode ser assentado [14].

Na Tabela 1 pode ser visualizado o estágio de vida e gênero dos assentados.

Tabela 1. Distribuição de indivíduos segundo o estágio de vida e gênero. Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2004

Idade (anos)	Feminino		Masculino		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
20 a 29	37	35,3	21	18,7	58	26,7
30 a 39	34	32,4	36	32,1	70	32,3
40 a 49	25	23,8	34	30,4	59	27,2
50 a 59	8	7,6	15	13,4	23	10,6
≥ 60	1	0,9	6	5,4	7	3,2
Total	105	100,0	112	100,0	217	100,0

Observou-se frequência ligeiramente superior do grupo de idade entre 30 a 39 anos (32,1%) para os homens e entre 20 a 29 anos (35,3%) para mulheres. Deve-se ressaltar que essas mulheres encontram-se na fase reprodutiva, sendo que sete referiram ter feito

laqueadura das trompas, enquanto as demais informaram que faziam uso de pílulas anticoncepcionais.

Do total dos domicílios que integraram a amostra, havia apenas seis homens (5,4%) e uma mulher (0,9%) com idade superior a 60 anos. No estudo

realizado por Faria et. al ^[8], em assentamento rural, a média de idade foi de 41 anos, com predomínio do estrato de idade entre 35 e 44 anos.

Todas as mulheres solteiras viviam com os pais, enquanto as divorciadas tinham o registro da propriedade em seu nome. Ressalta-se que foram identificadas apenas oito mulheres solteiras, demonstrando que as famílias ainda têm, em sua maioria,

filhos pequenos e também que as mulheres se casam e deixam precocemente a sua estrutura familiar inicial, no intuito de buscar o seu sustento. Segundo De Luca ^[15], os jovens assumem a identidade de assentado quando constituem família.

Na Tabela 2 está apresentada a distribuição dos assentados de acordo com a escolaridade.

Tabela 2. Grau de escolaridade dos adultos e idosos de ambos os gêneros. Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2004

Escolaridade	Feminino		Masculino	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Analfabeto (a)	14	13,3	11	9,8
Fundamental I (completo)	52	49,5	64	57,1
Fundamental II (incompleto)	18	17,1	15	13,4
Fundamental II (completo)	7	6,7	7	6,3
Médio (incompleto)	0	0,0	3	2,7
Médio (completo)	11	10,5	10	8,9
Profissionalizante (incompleto)	1	1,0	1	0,9
Profissionalizante (completo)	2	1,9	1	0,9
Total	105	100,0	112	100,0

A média de escolaridade dos entrevistados foi de 5,2 anos de estudo. Dentre esses, há predomínio de assentados com o Ensino Fundamental I, tanto para os homens (57,1%) como para as mulheres (49,5%). Apenas 4,7% iniciaram ou possuíam ensino profissionalizante. Além disso, 11,5% dos adultos eram analfabetos, sendo a maioria mulheres.

Em estudo realizado por Motta ^[16] com assentados em Guarantã do Norte (MT) o número de analfabetos se revelou expressivamente maior, com 43,7% dos agricultores assentados analfabetos ou semi-analfabetos. Faria et al. ^[8] constataram que a média de escolaridade dos assentados gaúchos foi de 4,8 anos. Segundo Veiga & Burlandy ^[10], 42,1% dos entrevistados em assentamento rural no Rio de Janeiro tinham de um a

três anos de estudo e 13,6% das mulheres eram analfabetas. Entre os trabalhadores rurais de Minas Gerais, a média de escolaridade foi de 3,3 anos de estudo ^[17].

De acordo com Alvarenga & Rodrigues ^[9], no Assentamento PAM/PANA (MS) 46,7% dos assentados tinham até quatro anos de estudo, 20% de cinco a sete anos e 17,8% eram analfabetos. Portanto, apesar dos níveis de escolaridade no Assentamento Itamarati não serem os ideais, a média de anos de estudos foi superior e o índice de analfabetismo menor que em outros assentamentos.

Visando conhecer a distribuição dos rendimentos mensais, em termos de valores em Reais, elaborou-se a Tabela 3, apresentada a seguir.

Tabela 3. Distribuição da renda mensal das famílias. Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2004

Estratos de renda familiar (Reais)	Famílias	
	<i>n</i>	%
< 100	1	0,9
101 a 300	63	54,0
301 a 500	32	27,0
> 500	21	18,1
Total	117	100,0

Observou-se que o rendimento de 54% das famílias entrevistadas concentrou-se na faixa de R\$ 101,00 a 300,00. O valor médio dos rendimentos mensais das famílias do Assentamento Itamarati, foi de R\$

354,70. Observou-se que o valor mínimo registrado foi de R\$ 95,00, sendo R\$ 900,00 o mais elevado. A renda mensal, para cada família com média de 4,1 pessoas foi superior ao salário mínimo vigente na época (R\$ 260,00).

Quando os valores foram convertidos em dólares americanos, observou-se que a média de ganho das 214 famílias foi de U\$ 117,06 (média da cotação em 2004, para compra foi de U\$ 3,03).

Dados do Censo Agropecuário de 1996 registraram que os agricultores familiares da região Centro-Oeste possuíam rendimentos familiares mensais de R\$ 253,58 (para uma média de 2,5 pessoas). A renda gerada por meio da agricultura familiar, mesmo sendo superior ao salário mínimo da época, não supria as necessidades básicas desses trabalhadores rurais. No entanto, as famílias assentadas, apesar das dificuldades enfrentadas, conseguiam manter a sobrevivência física em melhores níveis do que os marginalizados urbanos [18]. De acordo com Alvarenga & Rodrigues [9], a média dos rendimentos no Assentamento PAM/PANA, em Nova Alvorada do Sul (MS) foi de R\$ 387,00 (para uma média de 3,7 pessoas), portanto um pouco maior do que no Assentamento Itamarati.

Em relação ao tipo de trabalho exercido, verificou-se que os homens trabalhavam nas áreas agrícolas e em atividades “mais pesadas”, e com uma duração média diária de pelo menos oito horas. As principais tarefas realizadas pelas mulheres eram os cuidados com os filhos, preparo das refeições, cuidado com as roupas, arrumação e limpeza da casa. Além disso, a rotina envolvia os cuidados com horta, pomar, pequenos animais e limpeza do lote. Quando necessário, principalmente nas épocas de plantio e colheita, as mulheres também ajudavam na roça. Apenas oito mulheres relataram que trabalhavam fora do domicílio, exercendo atividades como agentes comunitárias de saúde ($n = 4$), merendeiras ($n = 2$), professora ($n = 1$) e faxineira de escola ($n = 1$). Da mesma forma, como observado por De Luca [15] em Mogi-Mirim (SP), os moradores do Assentamento Itamarati têm uma organização familiar tradicional, evidenciada pela divisão das tarefas de acordo com o sexo.

Aproximadamente 12,5% ($n = 14$) dos homens proprietários de lotes, exerciam alguma atividade fora do domicílio, e desses, sete o faziam em caráter eventual (três de forma temporária e quatro de modo permanente). Dentre os assentados que trabalhavam fora, a maioria exercia essa atividade remunerada no próprio assentamento, nem sempre relacionada diretamente com a agricultura. As principais atividades relatadas foram: construção de estradas, implantação da rede elétrica, professor, serviços gerais em escolas e postos de saúde, trabalhos coletivos e beneficiamento de produtos. Resultados similares foram observados por Heredia et. al [19], no Rio de Janeiro, onde 93,7% dos

moradores trabalhavam no próprio lote ou vizinhos ou se dedicavam a alguma outra atividade no assentamento. Esta característica demonstra que os assentamentos podem ser considerados importantes geradores de renda e emprego [20].

Nos 117 lotes pesquisados viviam 483 pessoas (crianças, adultos e idosos), sendo a média de 4,1 pessoas por domicílio e de 2,1 filhos por mulher. No entanto, desconsiderando-se as pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas, ou seja, aquelas que viviam sozinhas em seu lote, a média de filhos por mulher aumentou para 2,7. Essa média é ligeiramente superior à brasileira, que é de 2,2 filhos por mulher [21]. Vale ressaltar que o censo de 1970 constatou uma média de 5,8 filhos por mulher e a projeção para 2023 indica reduções ainda mais expressivas desse índice, alcançando 2,01.

Considerando a idade das mulheres e mantendo-se a proporção encontrada, estima-se que haverá um grande crescimento populacional no Assentamento Itamarati. Com base nos cadastrados das três Unidades Básicas de Saúde (UBS) do assentamento, identificou-se a existência de 124 gestantes, com idades distintas, inclusive adolescentes. Estes resultados podem influenciar diretamente o consumo de alimentos, ou seja, a produtividade do lote poderá ser insuficiente para o atendimento das demandas, especialmente se as famílias forem numerosas, com mais probabilidade de comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessa população.

Quando se discute a promoção da saúde como forma de intervenção para melhoria da qualidade de vida, um dos aspectos importantes que deve ser observado é justamente o número de pessoas que vivem da produção de uma unidade domiciliar. Assim, quanto mais numerosas forem as famílias, maior é a possibilidade de algum membro não ter acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade suficientes, ou mesmo ter piora na qualidade, mesmo mantendo aporte energético. A literatura mostra que existe relação entre o número de filhos por mulher, escolaridade e rendimentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da síntese de indicadores sociais, o aumento da escolaridade feminina guarda estreita relação com as reduções nas taxas de fecundidade [22].

Os chefes das famílias eram, em sua maioria, homens (94,9%). Apenas seis famílias (5,1%) eram chefiadas por mulheres, divorciadas ou viúvas. Este fato também foi comprovado por Veiga & Burlandy [10], em estudo realizado em um assentamento rural do Rio de

Janeiro, onde 97,1% das famílias eram chefiadas por homens. Faria et al.^[8] verificaram, no Rio Grande do Sul, um número menor de famílias chefiadas por homens (56,3%). Alvarenga & Rodrigues^[9] observaram que 65,6% dos responsáveis pela propriedade rural, no Assentamento PAM/PANA (MS), eram do gênero masculino.

A maioria dos assentados era procedente de Mato Grosso do Sul (58,1%), seguido do Paraná (20,5%) e de São Paulo (6,1%). Os demais assentados (15,3%) eram provenientes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Sergipe, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Pará e Goiás. Em Mato Grosso 43,5% dos agricultores assentados pelo INCRA eram naturais da região Sudeste do Brasil, 18% do Nordeste e 33,5% do Sul^[10]. Levantamento realizado em Nova Alvorada do Sul (MS) revelou que 35,6% dos chefes das famílias eram naturais do próprio Estado e, respectivamente, 27% e 14% de São Paulo e Paraná^[9]. Essas diferenças devem-se à localização dos assentamentos, mostrando que existe ocupação maior de pessoas oriundas de regiões mais próximas.

No Assentamento Itamarati havia predomínio de católicos (64,9%) seguidos pelos evangélicos (22,3%). Apenas 12,8% não participavam de nenhuma atividade comunitária de natureza religiosa. Em Guarantã do Norte, MT, Motta^[10] também verificou que a maioria das famílias assentadas (52,5%) participava de organizações religiosas ou comunitárias.

De forma geral, pode-se considerar que as condições de moradia no Assentamento Itamarati eram adequadas. A totalidade dos domicílios era de alvenaria, com 89,7% (n = 105) em estado regular de conservação, por não apresentarem piso e reboco. As residências possuíam, em média, 4,2 cômodos, sendo 89,7% (n = 105) com quatro, 6,8% (n = 8) com cinco e apenas 3,4% (n = 4) com seis a nove cômodos. Esses dados diferenciam-se dos apresentados por Motta^[10], em um assentamento em MT, onde o autor encontrou que aproximadamente 41% das famílias habitavam moradias constituídas por barracos de casca de palmito, cobertas com folha de bananeira ou lona e chão batido. Provavelmente, as melhores condições habitacionais do Assentamento Itamarati devem-se ao fato de ter havido a liberação de recursos financeiros pelos órgãos governamentais, para a construção de moradia e melhoria na infra-estrutura. Ressalta-se que o padrão de casa do Assentamento Itamarati era de quatro cômodos, sem reboco e somente com o contrapiso, além do banheiro. Os domicílios que possuíam mais de quatro cômodos e

que receberam melhorias tiveram as reformas e ampliações custeadas pelos próprios moradores.

Na época da coleta de dados, nenhum domicílio do Assentamento Itamarati possuía eletricidade, porém a rede de energia elétrica estava em fase de implantação. Segundo o Ministério de Minas e Energia^[23], o governo federal se impôs o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país, por meio da implantação do programa "LUZ PARA TODOS". A instalação da energia elétrica até os domicílios será gratuita para as famílias de baixa renda e, para o consumidor residencial com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh/mês, a tarifa será reduzida, como previsto na legislação. Portanto, beneficiadas por esse programa, todas as residências do Assentamento Itamarati deverão ter em médio prazo acesso à energia elétrica.

Quanto ao abastecimento de água, 94,9% (n = 111) das residências possuíam poço comum, 3,4% (n = 4) obtinham a água de nascente e 1,7% (n = 2) possuíam poço artesiano. Do total de famílias entrevistadas, 67,5% (n = 79) informaram que tinham algum cuidado com a água para beber e cozinhar os alimentos como filtrar, adicionar cloro ao poço ou ferver a água. Porém, em situação oposta, 32,5% (n = 38) não submetem a água a algum tipo de tratamento. A maioria absoluta (92%) não possuía água canalizada e apenas 53% tinham banheiro. Resultados similares foram verificados por Veiga & Burlandy [10], no assentamento de São José da Boa Morte, RJ, onde 39,6% da água ingerida pela comunidade rural não recebia qualquer tipo de tratamento.

Em caso de doença, as famílias informaram que buscavam a UBS mais próxima, localizada no próprio Assentamento. No período de coleta dos dados, três UBS, localizadas nos grupos sociais da CUT, AMFFI e MST, estavam em funcionamento e a UBS da FETAGRI, estava em construção. Todas as famílias relataram que eram visitadas rotineiramente pelo Agente Comunitário de Saúde Rural, sendo a consulta com o médico a maior dificuldade encontrada. Segundo Veiga & Burlandy^[10], em caso de doença, apenas 17% das famílias pesquisadas em assentamento no Rio de Janeiro, procuravam o médico da UBS do assentamento, comportamento diferente do observado no Assentamento Itamarati, devido, provavelmente, à menor distância das moradias até a UBS.

Como não havia recolhimento do lixo no Assentamento Itamarati, as famílias queimavam os plásticos e papel, enterravam os materiais que não podem ser incinerados ou despejavam na mata ciliar. Em Nova

Alvorada do Sul, MS, também foi observado que 74,4% das famílias queimavam o lixo e 4,4% o enterravam [9].

Do total de famílias entrevistadas, 92,3% (n = 108) possuíam a fossa séptica instalada, porém nem todos utilizam. Portanto, apenas 70,9% das famílias (n = 83), que já contavam com encanamento de água no domicílio podiam utilizá-la. Observou-se também que em 29,0% (n = 34) dos domicílios, os dejetos ainda permaneciam a céu aberto. As condições do Assentamento de São José da Boa Morte, RJ, foram consideradas piores, pois proporção de 58,2% do lixo era queimada ou enterrada e apenas 34,5% dos domicílios possuíam escoamento do esgoto do tipo fossa séptica [10]. As diferenças do número de domicílios com fossa séptica podem ser explicadas pelo fato dos assentamentos mais novos já terem incluído a construção de fossas no projeto inicial [7]. O que acontece muitas vezes é que as famílias mais pobres ainda não fizeram a canalização da água por falta de recursos financeiros, o que dificulta o uso do banheiro ligado à fossa séptica. Deve-se ressaltar que em alguns domicílios foram observadas condições

sanitárias mais precárias, e essa situação de saneamento pode potencializar os riscos de doenças infecto-parasitárias.

De acordo com Hoffmann [24], os determinantes avaliados no trabalho que verificou os efeitos dos fatores socioeconômicos em relação aos graus de insegurança alimentar, demonstram que o mais importante foi a renda domiciliar *per capita*. Porém também foi observado que a escolaridade, a existência de água encanada, faixa de idade, número de pessoas com menos de 18 anos no domicílio também são fatores relevantes em relação à medida de insegurança alimentar. O autor salienta a existência de uma grande diferença quando se trata de domicílios rurais em comparação com os urbanos, onde verificou que a insegurança alimentar tende a ser menor nas áreas rurais.

Na Tabela 4 foram reunidas as principais análises estatísticas descritivas, relativas aos valores do Índice de Massa Corporal (IMC), geral e para ambos os sexos.

Tabela 4. Estatística descritiva relativa ao Índice de Massa Corporal (IMC), geral e de acordo com os sexos. Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2004

Estatística	IMC (kg/m ²)		
	Geral (n = 217)	Feminino (n=105)	Masculino (n=112)
Média	25,4	26,2	24,7
Mínimo	16,6	16,6	17,9
10 ^o P ¹	20,7	20,3	20,9
25 ^o P ¹	22,7	22,9	22,6
Mediana	24,8	25,7	24,4
75 ^o P ¹	27,7	28,9	26,5
90 ^o P ¹	30,1	32,5	28,2
Máximo	44,3	44,3	36,1
CV ²	16,9	19,4	13,3
D ³	0,07	0,07	0,05

¹ Percentil ² Coeficiente de variação (%); ³ Valores de máxima divergência do teste de Kolmogorov-Smirnov para distribuição normal. O nível crítico em 5% de significância é 0,09, para o geral (0,13 para o sexo feminino e 0,13 para o gênero masculino).

A média dos valores do IMC foi de 25,4 kg/m², sendo 26,2 kg/m² para as mulheres e 24,7 kg/m² para os homens. Os coeficientes de variação foram inferiores a 20% e podem ser considerados baixos. A média do IMC das mulheres foi maior do que aquela identificada para os homens.

Segundo o Ministério da Saúde [11], desnutrição, sobrepeso e obesidade são distúrbios relacionados à alimentação e nutrição e revelam duas faces, aparentemente paradoxais, de um problema denominado insegurança alimentar e nutricional. Na comparação de

três inquéritos nacionais disponíveis (1975, 1989 e 1997), observa-se que entre adultos de ambos os sexos ocorreu a tendência de redução do baixo peso, acompanhada do acréscimo significativo da prevalência de obesidade. Portanto, a situação nutricional geral observada no Assentamento Itamarati corrobora a tendência verificada no último inquérito nacional.

Na Tabela 5 está apresentada a situação nutricional dos moradores do assentamento rural Itamarati.

Tabela 5. Situação nutricional geral e de ambos os sexos, de adultos e idosos. Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS, 2004

Classificação	Sexo				Geral	
	Masculino		Feminino		n	%
	n	%	n	%		
Baixo peso	2	1,8	5	4,8	7	3,2
Eutrofia	59	52,7	46	43,8	105	48,3
Sobrepeso	45	40,1	35	33,3	80	36,9
Obesidade I	5	4,5	14	13,4	19	8,8
Obesidade II	1	0,9	4	3,8	5	2,3
Obesidade III	-	-	1	0,9	1	0,5
Total	112	100,0	105	100,0	217	100,0

Os índices de sobrepeso para mulheres (33,3%) foram menores quando comparados à proporção (40,1%) verificada entre os homens. No entanto, agrupando-se as três classificações (obesidade I, II e III), observou-se 18,1% de obesidade no sexo feminino e 5,4% para o masculino.

Houve 3,2% de indivíduos (cinco mulheres e dois homens) classificados como baixo peso.

De acordo com Monteiro et. al. [25], de maneira geral, no Brasil ocorreu uma inversão da razão entre a desnutrição e a obesidade nas últimas décadas. Os autores observaram ainda que, em 1989, a prevalência de obesidade excedeu a desnutrição em duas vezes. Além disso, Coitinho et al. [26], por meio de análise da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) verificaram que 15,9% dos adultos brasileiros apresentaram baixo peso, sendo 15,4% para os homens e 16,5% para as mulheres. Os autores mencionados observaram que os adultos apresentavam, respectivamente, sobrepeso (24,6%) e obesidade (8,3%). Nota-se que, no Assentamento Itamarati, as prevalências de sobrepeso e obesidade também foram maiores em relação ao baixo peso. Porém, os índices de baixo peso no Assentamento Itamarati foram maiores entre as mulheres, resultado distinto do observado por Monteiro et al. [25], que verificaram prevalência de 10,9% de magreza em homens e 5,0% em mulheres da zona rural do País.

Em relação à obesidade, os resultados observados no Assentamento Itamarati são concordantes com os dados da POF de 2002-2003, implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE [27], os quais revelaram prevalência de obesidade maior entre as mulheres, tanto nas áreas urbanas como rurais, e também quando consideradas as distintas regiões geográficas do Brasil. A prevalência de obesidade para áreas rurais do Brasil foi de 9,7% e de 12,7%, respectivamente, para homens e mulheres [27]. Os valores observados no Assentamento Itamarati seguiram a

mesma tendência, ou seja, maior entre as mulheres. O percentual de mulheres obesas alcançou 18,1%, valor superior à média nacional para áreas rurais. Entre os homens, 5,4% apresentaram obesidade, índice menor em relação ao encontrado no País.

Ainda de acordo com o IBGE [27], em relação aos dados POF 2002-2003, a condição de sobrepeso estava presente na população adulta brasileira em praticamente todas as Regiões do Brasil, atingindo patamares gerais de 41,1% entre os homens e 40% entre as mulheres. Quando nos reportamos às áreas rurais da Região Centro-Oeste foi verificada uma proporção maior de sobrepeso entre as mulheres (42,5%) do que entre os homens (34,2%). No entanto, notou-se que, em relação aos resultados do Assentamento Itamarati, o contrário, isto é, a proporção de sobrepeso foi maior entre os homens (40,1%) do que entre as mulheres (33,3%). Este fato mostra que os homens do Assentamento Itamarati estão em maior risco para a obesidade, o que poderia ser explicado, em parte, talvez, pela utilização de equipamentos e máquinas no trabalho, que resulta em menor gasto de energia.

Considerações finais

Apesar de terem sido identificados problemas relacionados às condições socioeconômicas e demográficas dos assentados, notou-se que a situação dos moradores do Assentamento Itamarati pode ser considerada melhor do que aquelas observadas em outros assentamentos rurais do Brasil.

Com base nos valores médios para ambos os gêneros, verificou-se que a maioria dos assentados foi classificada na situação nutricional de eutrofia. A proporção de sobrepeso foi mais expressiva entre os homens e a obesidade entre as mulheres.

Devido ao fato da maioria das assentadas ainda estar em idade fértil, provavelmente, haverá aumento expressivo da população do Assentamento Itamarati.

Ressalta-se também a importância de rever as intervenções sanitárias e ambientais, além da educação, saúde e geração de renda, consideradas também fundamentais para melhoria da qualidade de vida e saúde.

Referências Bibliográficas

1. Schlindwein, M. Quando chegaremos lá? Desafios do Desenvolvimento [homepage na internet]. Brasília: IPEA; 2008. 5 (41). [acesso em 15.06.2008]. Disponível em: <http://desafios.2:ipea.gov.br>.
2. Gressler L, Vasconcelos LM. Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos, Dourados: L. Gressler; 2005.
3. Projetos de assentamento no Estado de MS [homepage na internet]. Campo Grande: IBGE; 2007. [acesso em 10 ago. 2008]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>.
4. Relatório de atividades: INCRA 30 anos [homepage na internet]. Brasília: INCRA; 2001. [acesso em 12 mai. 2007]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>.
5. Atlas do desenvolvimento humano, Perfil municipal de Ponta Porã (MS), entre 1991 e 2000 [homepage na internet]. Brasília: PNUD; 2000. [acesso em 20 out. 2007] Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>.
6. Contagem de População 2007 [homepage na internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2007. [acesso em 23 mai. 2008]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem.2007/contagem.pdf>
7. Projetos de assentamento no Estado de MS [homepage na internet]. Campo Grande: INCRA; 2003. [acesso em 10 mai. 2008]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>.
8. Faria NMX, Facchini LA, Fassa ACG, Tomasi E. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. Cadernos de Saúde Pública 2000; 16 (1): 115-118.
9. Alvarenga MRM, Rodrigues FP. Indicadores socioeconômicos e demográficos de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul. Revista de Enfermagem da UERJ 2004; 12 (3): 286-291.
10. Veiga GV, Burlandy L. Indicadores socioeconômicos, demográficos e estado nutricional de crianças e adolescentes residentes em um assentamento rural do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública 2001; 17 (6): 1465-1472.
11. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN). Diagnóstico de saúde e nutrição da população do campo: levantamento de dados e proposta de ação [homepage na internet]. Brasília: MS; 2004. [acesso em 22 jul. 2007]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/bvs/publicacoes>.
12. Lohmann TJ, Roche AF, Martorell R. Anthropometric Standardization Reference Manual. Champaign: Abridged Edition; 1988.
13. World Health Organization. Consultation on Obesity. Defining the problem of overweight and obesity. In: Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneva; 1998.
14. Perguntas e respostas sobre a Reforma Agrária [homepage na internet]. Brasília: IBGE; 2007. [acesso em 15 set. 2007]. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_fale/faq.
15. De Luca MMBL. Histórias de identidades num Assentamento Rural. UNICAMP: Educação Temática Digital 2002; 4 (1): 10-31.
16. Motta SHA. Estudo do perfil epidemiológico dos pequenos produtores agrícolas assentados em Guarantã do Norte, Mato Grosso. [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 1990. 117 p.
17. Soares W, Almeida RMVR, Moro S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxicos em Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública 2003; 19 (4): 1117-1127.
18. Paulilo MIS. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: Romeiro A, Guanziroli CE, Leite S (Org.) Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes; 1994. p. 192-201.
19. Heredia B, Medeiros L, Palmeira M, Cintrão R, Leite S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos, Sociedade e Agricultura 2002; 18 (abr.): 73-111.
20. Medeiros LS de. Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira. In: Medeiros LS de. (Org.). Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: UNRISD e editora da CPDA/UFRRJ; 2002.
21. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. População estimada. Censo 2000 [homepage na internet]. Brasília: IBGE; 2001. [acesso em 29 set. 2007]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000>.
22. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Síntese dos indicadores sociais [homepage na internet]. Brasília: IBGE; 2004. [acesso em 28 abr. 2007] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao>

23. Programa LUZ para todos [homepage na internet]. Brasília: Ministério de Minas e Energia; 2004; [acesso em 04 set. 2007]. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/luzparatodos>.
24. Hoffmann R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos dados da PNAD de 2004.RSAN [periódico na internet]. Campinas 2008 [acesso em 15.07.2008]; 15 (1): 49-61. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san.
25. Monteiro CA, Souza ALM, Mondini L. Evolução da desnutrição entre adultos. In: Monteiro CA (Org). Velhos e novos males da saúde no Brasil. A evolução do país e de suas doenças, São Paulo: Ed. Hucitec/Nupens; 1995. p.115–125.
26. Coitinho DC, Leão MM, Recine E, Sichieri RC. Condições nutricionais da população brasileira: adultos e idosos. Brasília: INAN; 1991.
27. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002–2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil.[homepage na internet] Rio de Janeiro:IBGE; 2004;acesso em 13 agosto 2007: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [6]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.